

Etnomusicologia e Folclore: o caso do levantamento folclórico de Januária-MG e as gravações etnográficas das músicas de tradição oral no Brasil hoje¹

Edilberto José de Macedo Fonseca²

Resumo

Em 1960, a recém instituída Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro financiou uma pesquisa de campo conduzida pelo pesquisador Joaquim Ribeiro, no sentido de promover o Levantamento Folclórico de Januária, no município do norte de Minas Gerais. Durante a pesquisa foram filmadas e gravadas em áudio variadas expressões e manifestações musicais. A pesquisa constituiu a primeira iniciativa de uma instância pública criada para tratar especificamente da preservação e divulgação de práticas ligadas às tradições populares. O objetivo dessa comunicação é discutir o contexto sócio-cultural dessa iniciativa, de que forma ela se insere hoje na tradição de registros etnográficos de campo das músicas de populares de tradição oral no Brasil. A reflexão sobre essa iniciativa conduz, ainda, a uma discussão final sobre a maneira como a etnomusicologia brasileira, herdeira dos registros deixados pelos estudos das tradições folclóricas no país, enfrenta a questão de oscilar entre a perspectiva interpretativa e colecionista frente ao crescente volume de registros fonográficos, obtidos a partir da facilidade de acesso aos mecanismos tecnológicos de gravação. Nesse contexto, emergem desafios para a etnografia como prática mediadora na formulação de representações simbólicas e de construção de identidade, em função do surgimento de novos modelos de interação entre pesquisadores e pesquisados.

Abstract

In 1960, the newly created Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro funded a field research conducted by researcher Joaquim Ribeiro, in order to promote the Levantamento Folclórico de Januária, in the northern city of Minas Gerais. During the search were filmed and recorded on audio varied musical expressions and manifestations. The survey was the first initiative of a public body set up to deal specifically with the preservation and dissemination of practices related to folk traditions. The purpose of this communication is to discuss the socio-cultural context of this initiative, how it fits today in the tradition of ethnographic field records of tradition popular music in Brazil. The reflection on this initiative leads to a final discussion on how the Brazilian ethnomusicology, heir of the records left by the studies of folk traditions in the country, faces the question of swing between the interpretative perspective and just the act of collect front of the growing volume of records sound, obtained from the ease of access to technology for recording. In this context, emerging challenges for the ethnography practice as mediator in the formulation of symbolic representations and construction of identity in the light of new models of interaction between researchers and searched.

¹ Gostaria de agradecer às agências de fomento (FAPERJ e CNPq) que, através do Programa de Pós-Graduação em Música do UNIRIO-RJ, financiaram a pesquisa e, também, ao Centro Nacional de Cultura Popular/IPHAN pelo apoio recebido.

² Pesquisador do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN e doutor em música pela UNIRIO (2009). dil.fonseca@gmail.com

Os registros audiovisuais e o campo das tradições populares no Brasil

As transformações vividas pelo país na primeira metade do século XX levaram setores da intelectualidade brasileira na direção de um projeto de busca por modelos de representação que balizassem a constituição de um sentimento de pertencimento à pátria. A busca se coadunava ao ideário modernista, em voga na época, assim como com os objetivos de um projeto político das elites brasileiras que queriam criar e estabelecer representações simbólicas que relacionassem povo e nação. A necessidade de constituição da imagem do país no cenário internacional, como uma nação com características e especificidades próprias, passava pela busca dessa legitimidade junto às camadas populares, reconhecendo nelas os perfeitos mediadores dentro do processo de formação dessa idéia de um Brasil “original” e “autêntico”. A cultura popular era, talvez, o principal esteio de sustentação dessa visão, sendo o campo das tradições populares aquele que melhor cumpriria esse papel ideológico no projeto de modernidade.

Nesse contexto, as ações de preservação do folclore e da cultura popular no Brasil, que até meados do século passado dependiam de esforços individuais e pontuais de alguns pesquisadores junto à instituições nacionais e estrangeiras, entram na pauta de discussão, tornando-se assunto estratégico das políticas que seriam implementadas a partir daí. De modo geral, as ações governamentais seguiram o ideário modernista tendo como horizonte a noção de consagração de um patrimônio cultural nacional.

Os estudos sobre música, vindos de uma longa tradição no mundo ocidental, passaram por significativas mudanças ao final do século XIX decorrentes da invenção do fonógrafo pelo americano Thomas Edison em 1877. Fazendo um balanço dos principais marcos referenciais que balizaram a constituição da etnomusicologia no Brasil, Tiago de Oliveira Pinto reafirma o que o etnomusicólogo Jaap Kunst já constataria: que a disciplina só ganhou estatuto científico em função da invenção dos processos de gravação sonora (Pinto, 2005: 109). Particularmente no Brasil, cita o ano de 1901 como aquele no qual terá início a utilização de registros fonográficos, através de pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Entre 1908 e 1913, Wilhelm Kissenberth e Theodor Koch-Grünberg, já realizavam registros de músicas e cânticos dos índios Kaiapós, Karajás, Makuxi, Taulipan e Yekuana. Em 1912, Edgard Roquette Pinto fez gravações entre os Parecis e Nhambiquara do Mato Grosso, também com um fonógrafo “Edison”. Oliveira Pinto lembra que a utilização do modelo de fonógrafo com cilindro vai até o final da década de 1930, quando aparelhos mais modernos com discos e fitas magnéticas irão substituí-lo.

Nessa mesma década, pesquisadores brasileiros começam a utilizar gravações em trabalhos de campo. Entre 1934 e 1937, Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade Paulistana, arquiteta uma expedição de coleta folclórica. a “Missão de Pesquisas Folclóricas”, que tinha como objetivo coletar manifestações de música e festas populares de tradição oral no Norte e Nordeste do Brasil, gravando, ao final, 293 fonogramas (Lacerda, 2008). Entre 1942 e 1945, Luiz Heitor Corrêa de Azevedo, além de inaugurar o Centro de Pesquisas Folclóricas na Escola Nacional de Música em 1943, realiza gravações pelos estados de Goiás, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Alceu Maynard de Araújo desenvolveu, pelo interior paulista, pequenos levantamentos folclóricos ainda na década de 1940, sob os auspícios do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (Vilhena, 1997). Entre

1949 e 1954, o músico César Guerra-Peixe se estabelece no Recife, gravando e estudando expressões musicais populares locais ligadas ao coco, aos maracatus, ao frevo e ao Xangô (Egg, 2004).

Dos estrangeiros que realizaram gravações sonoras no Brasil nesse período, são referenciais aquelas realizadas por Melville e Frances Herskovits de músicas de candomblé na Bahia na década de 1940, e também as do historiador Stanley J. Stein, recém reveladas, que registrou pontos de jongo em Vassouras em 1949 (Lara & Pacheco, 2008).

Em 1947, com a instauração da Comissão Nacional de Folclore, em consonância com recomendações da UNESCO, os estudos de folclore e das tradições populares ganham uma nova dimensão, já que a Comissão se articula às Comissões Estaduais de Folclore, ampliando sua abrangência a vários estados do país. A Comissão, tendo à frente o musicólogo e alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores, Renato Almeida, não contava com recursos financeiros, apoiando-se nessa rede de secretários estaduais que atuavam pela “causa do folclore”. A falta de recursos fazia com que a Comissão tivesse mais um caráter de indutora, sugerindo e recomendando, do que de executora de ações e pesquisas. Mesmo nessa situação, a Comissão conseguiu - e vem conseguindo - organizar inúmeras ações e atividades ligadas ao folclore³.

O sonho de uma entidade que agregasse interessados pelo tema era antigo e cultivado por setores da intelectualidade brasileira ligados à pesquisa e coleta das tradições populares. Esse movimento de valorização de práticas e saberes tradicionais se coadunava a uma mobilização que havia se espalhado pela América Latina após a II Guerra Mundial, com a criação da ONU e a organização da UNESCO. A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instalada oficialmente em 22 de agosto de 1958, terá o musicólogo Mozart de Araújo como seu primeiro diretor, e se constituirá como entidade pública no bojo do movimento fomentado pela Comissão. Resultado da ação histórica de diversos setores da *intelligentsia* brasileira e reunindo pesquisadores, artistas, folcloristas, além de setores e instituições das mais diversas tendências e regiões, a Campanha assume o papel de se estabelecer como um espaço social de “práticas articuladas” (Chartier, 1990: 27).

O Levantamento Folclórico de Januária

Um dos primeiros estudos de campo realizados pela Campanha foi na região de Januária, norte de Minas Gerais, em 1960 pelo historiador, linguista e folclorista Joaquim Ribeiro⁴. Se por um lado, enquanto ação institucional, a pesquisa se inseria, conforme visto, numa linha de tradição que vinha se formando desde o começo do

³ O folheto comemorativo Cinquentenário da Comissão Nacional de Folclore – IBECC-UNESCO - 1947-1997, lista várias dessas atividades, tais como: O Ciclo *Antropologia e Folclore*, ministrado pelo casal Strauss (Claude-Levi e Cláudia Judite); 4 Semanas Nacionais de Folclore (1948, 1949, 1950, 1952); 8 Congressos Brasileiros de Folclore (1951, 1953, 1954, 1959, 1963, 1970, 1974, 1995) e 1 Congresso Internacional de Folclore (1953), entre outras ações e publicações.

⁴ Além de Januária, no mesmo período, o norte do litoral paulista foi objeto de pesquisa etnográfica por parte da Campanha, conduzida pelo musicólogo Rossini Tavares de Lima. Também Edison Carneiro na mesma época propõe à Campanha um "Plano de Pesquisa do Samba e Danças derivadas do Batuque" (CDFB, 1959).

século, por outro, inaugura um novo modelo de atuação no âmbito das políticas federais voltadas para a área cultural, especialmente àquelas ligadas às manifestações da cultura popular tradicional. Tendo Januária como polo, a pesquisa tinha o intuito de realizar um inquérito sobre aspectos da cultura popular, folclórica e tradicional dessa porção média do rio São Francisco.

Nos documentos relativos à viagem⁵, não constam indicações precisas do porque da escolha de Januária como polo de pesquisa de campo da Campanha. Em maio de 1959, a Campanha recebeu "um memorandum do Sr. Ministro da Educação [Clóvis Salgado] solicitando uma pesquisa folclórica na cidade de Januária, por ocasião da comemoração de seu centenário" (CDFB, 1959). Em setembro de 1959, parte da 10a. Reunião Ordinária do Conselho Técnico foi dedicada "a discussão da pesquisa folclórica em Januária, com a participação do deputado Manuel de Almeida, o qual fez ligeira exposição, declarando ser essa região um dos maiores repositórios do Folclore do Brasil" (CDFB, 1959). Já em outubro, o Boletim do IBEEC anunciava que a Campanha resolvia "realizar um levantamento folclórico do município de Januária, em Minas Gerais, tendo comissionado o prof. Joaquim Ribeiro para visitar a região e estudar in loco os problemas da pesquisa a ser empreendida" (IBEEC, 1959, grifo do autor).

Ele esteve três vezes em Januária: ao final do ano de 1959, em viagem preliminar de observação para implementação do levantamento folclórico, e por duas vezes em março e julho de 1960. A ida envolveu deslocamentos por via aérea, já que não existiam ainda estradas pelas quais se pudesse chegar rapidamente à cidade. Embora tenha estado lá somente três vezes, coordenou uma equipe de 28 membros⁶ que realizou o levantamento ao longo de dez meses de trabalho. O que é interessante notar nesse modelo de pesquisa que a Campanha implementa é a articulação social e política para a formação dessa rede de correspondentes que fariam a "coleta primária dos dados", e que os folcloristas entendiam como fundamental para o trabalho. Na prática, pelas palavras do diplomata e musicólogo Renato Almeida, conselheiro da Campanha, o modelo parecia ser novo, já que, como argumentava, "pela primeira vez se tenta êsse esforço no Brasil, o recrutamento do pessoal não vai ser fácil e não há cabedal de experiência de que nos valer"⁷ (Almeida, 1959: 2).

Como lembra o sociólogo Luís Rodolfo Vilhena, a pesquisa de campo compunha somente uma das pernas do tripé sobre o qual os folcloristas entendiam o conjunto das ações institucionais que a Campanha deveria conduzir. Renato Almeida enumera os três principais elementos que comporiam o trabalho de pesquisa: "a pesquisa, para o levantamento do material, permitindo o seu estudo; a proteção do folclore, evitando a sua regressão; e o aproveitamento do folclore na educação" (Almeida, 1953: 341). Assim, paradoxalmente, a pesquisa, como lembra Vilhena, não implica "uma prioridade; pelo contrário, a necessidade da pesquisa é função da segunda tarefa, a

⁵ Documentos depositados na Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN.

⁶ Segundo notas da Campanha, os recursos disponibilizados para o Levantamento Folclórico de Januária foram de CR\$ 100.000,00 (livres de despesas de pessoal). Nessa época o salário mínimo girava em torno de CR\$ 7.800,00 (Dieese, 2008).

⁷ Todas as citações desse trabalho preservam a escrita originalmente encontrada nas edições transcritas.

preservação (...) uma ação meramente defensiva em relação ao processo de ‘regressão’ das tradições populares identificado pelos folcloristas” (Vilhena, 1997: 174).

Desde 1937, quando da criação da Sociedade de Etnografia e Folclore por Mário de Andrade, e mesmo antes com Amadeu Amaral, o tema da constituição de uma rede de colaboradores pela “causa” do folclore se mostrava muito presente. Em 1959, o pesquisador Mozart Araújo já sugeria que "teria um aproveitamento de maior finalidade sob o ponto de vista da preservação e como medida de ordem geral, se obtivesse o apoio das Prefeituras do interior êsse projeto geral, abrangeria e protegeria todos os interêsse (*sic*) da música folclórica" (CDFB, 1959). Apontando nessa direção, o ofício no.281/59, recebido em 1960, anunciava que "o prefeito de Januária dá o seu pleno apoio ao levantamento folclórico daquela região" (CDFB, 1959).

Em setembro de 1959, Renato Almeida sugeria alguns pontos para o Levantamento.

A fim de facilitar o Conselho na constituição das equipes, não só o prof. Joaquim Ribeiro poderá ver se se pode contar com elementos locais, como ainda indicar a necessidade de especialistas em assuntos correlatos, antropólogo, economista, etnógrafo, sociólogo, cartógrafo, etc. Acredito que um contato com o professorado local possa ser da maior vantagem, pois haverá muitas providências que, orientadas devidamente, podem ser utilizadas com proveito, além de serem pessoas conhecedoras da região, a quem se poderá incumbir de coletar muitos dados de literatura oral, não só infantil, como de ordem geral. Também os alunos devem ser considerados informantes de valor, de que nos devemos utilizar. (Almeida, 1959).

Os registros audiovisuais produzidos pela pesquisa de Ribeiro cobriram variadas manifestações musicais locais, totalizando 7 horas e 35 minutos de gravação de cantorias, poesias, contação de “causos”, entrevistas e depoimentos. Foi realizado, também, o filme *Levantamento Folclórico de Januária*⁸, que aborda aspectos relacionados ao cotidiano da população, principalmente, as expressões da cultura popular local.

No livro *Folclore de Januária*, onde constam os resultados dessa pesquisa, Ribeiro cita a extinta Sociedade dos Amigos do São Francisco, associação ligada à cultura no município que, por ser composto dos “principais homens cultos da região” (Ribeiro, 2001: 22), seria a entidade ideal para conduzir o levantamento folclórico. O que se vê – e nos interessa aqui - é que, na perspectiva dos folcloristas, o trabalho de campo passava pela articulação de um conjunto de “agentes locais”, que ironicamente acabavam por, em circunstâncias específicas, servir tanto como pesquisadores como objetos de estudo dependendo de quem fosse o pesquisador.

Trabalho de campo: coleta e interpretação

A preocupação dos folcloristas com a coleta de dados e o recrutamento de pessoal para essa tarefa era clara, tendo Renato Almeida editado o *Manual de coleta folclórica*, para orientar a pesquisa de campo para aqueles pouco ou não treinados no assunto. Naturalmente que como entidade de caráter público, e ao articular uma rede de colaboradores, a Campanha procurou garantir em seus projetos a participação de

⁸ O áudio do filme se perdeu devido às mudanças de sede da Campanha. Não há registro de nenhuma cópia do áudio, que diferentemente de hoje, era gravado separadamente da parte de vídeo.

pesquisadores que possuíam formação e perspectivas epistemológicas bastante distintas. Se o campo do folclore teve sempre a vocação de congregar a colaboração de pesquisadores das mais diferentes tendências, amadores ou não, a coleta dos dados teve sempre prioridade sobre sua interpretação. Marcada pelo amadorismo diletante de seus colaboradores, fato observado e combatido por Amadeu Amaral⁹ e Mário de Andrade, a coleta de tradições populares produzida por colaboradores expunha uma questão metodológica que extrapolava o próprio contexto da Campanha, e residia no fato de haver uma tensão entre duas vertentes quanto a abordagens dos fatos sociais.

O pós-guerra trouxe uma crise paradigmática para as ciências sociais e humanas determinando novos modelos de abordagens do comportamento humano. Rita Segato aponta a sociologia weberiana como aquela na qual já se notam “os primeiros sinais premonitórios desta crise” (Segato, 2000: 18) que divisará a prática de pesquisa de sociólogos e antropólogos daquela realizada então pelos folcloristas. A pura coleta de fatos, objetos ou relatos, com finalidade preservacionista, foi substituído pela perspectiva da busca da dimensão interpretativa da cultura, já que “não é da forma dos comportamentos que deriva o interesse sociológico, senão de algo que se encontra fora deles mesmos, no sistema de idéias, valores e intenções que lhes dão sentido e pelo qual eles podem ser explicados” (Segato, 2000: 18). Na perspectiva do folclore, o modelo adotado de coleta de dados era apropriado e conveniente já que a realidade se apresentaria como “fato bruto”, como dado objetivo. Porém, pelo novo paradigma, a percepção da realidade é sempre mediada por mecanismos heurísticos que determinarão como se dará o processo cognitivo e, nesse sentido, “o nível não-visível, não fenomênico da ação, tornou-se central nas análises de antropólogos, lingüistas, psicólogos, etc” (Segato, 2000: 19).

A nova perspectiva epistemológica via com ceticismo as exaustivas, e nem sempre rigorosas, coletas de campo promovidas pelos colaboradores que atuaram durante a Campanha, levantando a questão de como abordar todo esse material. Se o quadro teórico e de hipóteses é que deveria direcionar a pesquisa, delimitando seu recorte, os folcloristas eram acusados de serem meramente descritivos furtando-se à interpretação, havendo assim, uma dicotomia entre as metas e a metodologia de pesquisa.

O debate sobre essa dicotomia não era, contudo, estranho ao ambiente intelectual da Campanha. Se havia a valorização da pesquisa empírica sobre a interpretação, em função da necessidade do cumprimento de uma agenda de preservação que motivava as ações, havia também, aqueles que defendiam essa postura como sendo a mais legítima. O próprio Joaquim Ribeiro não considerava possuir objetivo documental nem científico, a pesquisa que chega “ao campo” cercada de apriorismos teóricos (Vilhena, 1997: 182). Fica a dúvida em saber se a falta de pressupostos teóricos não seria, em si mesmo, um pressuposto.

O panorama intelectual no qual atuavam folcloristas e sociólogos nesse período era bem mais difuso, tendo vários pesquisadores participado de iniciativas de investigação das tradições populares promovidas tanto dentro do movimento folclórico quanto na área acadêmica. O sociólogo Florestan Fernandes foi um dos que primeiro criticou as

⁹ Amadeu Amaral (1948: 4) lista os três principais problemas relacionados ao folclore brasileiro enquanto disciplina: além do sentimentalismo, “de uma parte, o excesso de teorizações imaginosas e precoces; de outra, excesso de diletantismo erudito”. Para ele, o impulso inicial que conduziria os pesquisadores ao estudo das manifestações folclóricas estaria em uma “espécie de admiração romântica de seus conterrâneos” (Amaral, 1948: 5) numa tentativa de exaltação do que haveria de glorioso, alegre e imaginativo nelas.

aspirações de surgimento da disciplina “Folclore”, vendo nesses estudos mais um método de estudo do que propriamente uma ciência (Fernandes, 1945). Apesar dos embates intelectuais travados entre pesquisadores de diferentes linhas de pesquisa¹⁰, na prática, o ambiente intelectual da época os envolveu em iniciativas comuns¹¹.

Esse período de auge do movimento folclórico coincide com a afirmação, no exterior, de um espaço acadêmico mais definido para a etnomusicologia, fato que só ocorrerá no Brasil a partir da década de 1990 com a implantação dos primeiros programas nas Universidades Federais do Rio e da Bahia (Pinto, 123). Como lembra Elizabeth Travassos, “os etnomusicólogos – que herdam a área temática do Folclore – não elegendem [contudo] a busca das origens étnicas de determinados ‘traços’ culturais-musicais como seu problema mais importante” (Travassos, 2003: 76), o que sugere que o novo paradigma de pensamento sobre cultura se reflete no estabelecimento da disciplina no Brasil.

Perspectivas e questões atuais

Se, como afirma James Clifford, o trabalho de pesquisa etnográfica se insere na luta “incansável [de] alocação de outros num presente-que-está-se-tornando-passado” (Clifford, 2002: 87), é preciso refletir sobre o papel atual dos registros sonoros para a etnomusicologia. A utilização de gravações sonoras se impôs como uma necessidade para o trabalho de campo, evidenciando uma enorme variedade de circunstâncias de produção. Hoje, inúmeras pesquisas etnomusicológicas no Brasil são implementadas tanto como parte de projetos de pesquisa de agências estatais como de organizações e iniciativas privadas.

Parece fundamental que seja feita, em cada caso, uma reflexão sobre a profundidade histórica do legado de registros deixado pelos estudos de folclore sobre grupos, regiões e expressões específicas da cultura popular tradicional. Parece que, particularmente em relação aos registros audiovisuais de campo, essa reflexão aponta para, pelo menos, duas direções: uma que diz respeito às abordagens analíticas que podem ser dadas aos acervos produzidos, em diferentes contextos por indivíduos e grupos de pesquisadores; e outra que trata da recente tendência a um certo neocolecionismo, em função da facilidade de acesso às modernas tecnologias. Ambas as questões se relacionam à atual discussão intelectual do lugar da perspectiva interpretativa da cultura num mundo em que a distância entre *etnógrafo* e *nativo* se mostra cada vez mais difusa¹².

No âmbito da moderna antropologia, a identificação entre etnógrafo e antropólogo surge ao final século XIX (Clifford, 2002: 26) quando essa interação ainda não era determinante para a qualidade da coleta de campo. Clifford Geertz chama a atenção para

¹⁰ “Florestan trava uma longa discussão com os folcloristas, veiculada, em especial, em artigos escritos para *O Estado de S. Paulo*, embora ela seja indissociável de seus trabalhos de pesquisa” (Garcia, 2001).

¹¹ “O trânsito de personagens e assuntos entre essas áreas pode ser atestado também pelas reuniões de antropologia. Da comissão organizadora da I Reunião de Antropologia faziam parte Manuel Diégues Júnior e Édison Carneiro. O temário proposto para II Reunião de Antropologia (art. 2 do regulamento) destaca o folclore como item específico” (Cavalcanti *et alli*, 1990: 78).

¹² Ver José Jorge de Carvalho (2002).

o fato de que a antropologia (o que vale para a etnomusicologia) como forma de conhecimento só poderá ser entendida quando se “compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente o que é a *prática da etnografia*” (Geertz, 1978: 15, grifo nosso). Evidentemente que não se trata de buscar elementos legitimadores da autenticidade do discurso etnográfico entre e por meio de oposições do tipo “*nativo/pesquisador*” ou “*observador/observado*”, mas entender que o diálogo entre esses pares se dá mediado sempre por mecanismos de representação transpassados por relações de poder. Abordando a questão dos “nativos”, Angela Lühning aponta a importância de um necessário diálogo dentro ambiente intelectual da etnomusicologia brasileira.

Precisamos de uma nova mentalidade frente a estas convivências entre modos de vida, de criação, atuação e reflexão, tão diferentes bem como de uma maior naturalidade para incluí-los e aceitá-los nas fóruns oficiais e nas rodas, chamadas acadêmicas, revendo as posturas de arrogante superioridade, tantas vezes existentes nos meios apenas intelectuais, e aceitando as de humildade e de aprendiz de tantos outros conhecimentos presentes na roda da vida (Lühning, 2006, 46).

Há atualmente um significativo número de projetos que visam resgatar gravações históricas, com objetivos de restauração, pesquisa ou reavaliação dos efeitos dessas gravações sobre as populações pesquisadas. Um exemplo é o projeto do CD “Responde a roda outra vez” (2004) de Carlos Sandroni, que buscou refazer o roteiro da Missão de Pesquisas Folclóricas de Mário de Andrade. A etnomusicologia brasileira, herdeira que é do campo do Folclore, precisa refletir sobre o legado histórico deixado por esses pesquisadores como parte importante da produção de conhecimento sobre as músicas de tradição oral, ao mesmo tempo em que vive um momento sem precedentes de produção, coleta e difusão de materiais de campo.

Discutindo o papel das gravações de campo, Anthony Seeger argumenta que “o nosso campo seria mais rico se nossas análises permitissem a posterior reanálise, e debate sobre a natureza das próprias gravações originais, ao invés da nossa simples interpretação gráfica delas (Seeger, 1986: 264)”. Nesse sentido, acredito que uma reavaliação e recontextualização histórica das gravações realizadas em 1960 em Januária pela Campanha apontem, entre outros aspectos, para a atualização da discussão do papel dos registros audiovisuais para o campo etnomusicológico. Mostradas aos que participaram da pesquisa de 1960, aquelas gravações permitem construir propostas de avaliação dos inúmeros sentidos relacionados aos diversos fazeres musicais gravados e às próprias gravações. Desse modo, a discussão em torno desses registros deve incluir a análise de seu poder de representação e construção de memória e identidade para os indivíduos, grupos e comunidades pesquisadas, mas, também, para as próprias agências de pesquisa que realizam gravações, segundo interesses e perspectivas historicamente situadas.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Amadeu. *Tradições Populares*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

ALMEIDA, Renato. “Essências do folclore brasileiro”. In: Calmon, Pedro *et alli*. *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1953.

_____. *Carta à CDFB*. Rio de Janeiro, 1959.

CARVALHO, José Jorge de. “Poder e silenciamento na representação etnográfica”. *Série Antropologia*. Brasília, UnB, 2002.

CAVALCANTI, Maria Laura *et alli*. “Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, p. 75-92, 1990.

CDFB. *Conselho Técnico de Folclore*, Rio de Janeiro. Ata da 10ª Reunião Extraordinária, em 16 de maio de 1959.

_____. *Conselho Técnico de Folclore*, 8a. Reunião Extraordinária. 25 de abril de 1959.

_____. *Conselho Técnico de Folclore*, 10a. Reunião Ordinária. 04 de setembro de 1959.

CHARTIER, Roger. “Introdução”. In: *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 2ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

DIEESE. *Salário Mínimo*. Disponível em:
<http://www.dieese.org.br/esp/salmin/salmin00.xml> (Acessado em julho/2008).

EGG, André Acastro. *O debate no campo do nacionalismo musical no Brasil dos anos 1940 e 1950: o compositor Guerra Peixe*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Sobre o folclore*. Editora USP, São Paulo, n. 9, p. 59-66, set. 1945.

GARCIA, Sylvia Gemignani. “Folclore e sociologia em Florestan Fernandes”. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 13 (2): 143-167, novembro de 2001.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

IBECC, *Anais do 1º Congresso Brasileiro de Folclore*, I vol. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, Ministério das Relações Exteriores, 1951.

LACERDA, Marcos Branda. *Os Registros Musicais da Missão de Pesquisas Folclóricas*. Disponível em
http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/missao/textos_frameset.html. (Acessado em 07/2008).

LARA, S. H. & PACHECO, G. (Org.). *Memória do Jongo: As gravações históricas de Stanley J. Stein*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007.

LÜHNING, Ângela. “Etnomusicologia brasileira como etnomusicologia participativa: Inquietudes em relação às músicas brasileiras”. In: Rosângela Tugny & Rubem Caixeta de Queiroz (orgs.) *Músicas africanas e indígenas no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

PINTO, Tiago de Oliveira. “Cem anos de Etnomusicologia e a ‘Era Fonográfica’ da disciplina no Brasil”. In: *II Encontro Nacional de Etnomusicologia (2004-Salvador)*. Anais/ABET/CNPq/Contexto, 2005.

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore de Januária*, Rio de Janeiro: Funarte, 1970.

SEGATO, Rita. “A Antropologia e a Crise Taxonômica da Cultura Popular”. In: *Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2000.

SEEGER, Anthony. “The Role of Sound Archives in Ethnomusicology Today”. *Ethnomusicology*, Vol. 30, Nº 2, p. 261-276, Ann Arbor, Spring/Summer 1986.

TRAVASSOS, E. “Balanço da Etnomusicologia no Brasil”. *Opus*, v. 9, p. 66-77, Campinas, 2003.

VILHENA, Luís Rodolfo Paixão. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Funarte: Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.